ABORDAGENS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL SOBRE A PRESENÇA BRASILEIRA NO CONE SUL LATINO-AMERICANO, NO SÉCULO XIX

BRAZILIAN HISTORY TEXTBOOKS APPROACHES ABOUT BRAZIL'S PRESENCE IN THE LATIN AMERICAN SOUTHERN CONE, IN THE NINETEENTH CENTURY

ENFOQUES EN LIBROS DE ENSEÑANZA DE HISTORIA DEL BRASIL SOBRE LA PRESENCIA BRASILEÑA EN EL CONO SUDAMERICANO, EN EL SIGLO XIX

André Mendes Salles^{1*}, José Batista Neto²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó, RN, Brasil. ²Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil *Autor para correspondência. E-mail: andremendes.s@hotmail.com

Resumo: Constituiu objetivo da pesquisa em identificar e caracterizar abordagens em livros didáticos de História do Brasil em relação à presença brasileira na região platina, na segunda metade do século XIX. Foi selecionado um total de 13 livros didáticos de diferentes temporalidades, compreendendo o período de 1886 a 1999. A seleção dos livros observou critérios como possuir inúmeras edições, ter sido adotado por escolas das redes de ensino da educação básica e o lugar socioinstitucional dos autores. A análise das fontes se fez por meio da técnica da análise de conteúdo. Caracterizamos três conjuntos de autores com concepções diversas. Apesar disso, foram observadas permanências nas narrativas dos livros analisados, como a do Império brasileiro como garantidor da independência do Uruguai.

Palavras-chave: imperialismo brasileiro; América Platina; livros didáticos de história.

Abstract: This search aims to identify and characterize the Brazilian' History textbooks in relation to the Brazilian presence in the platinum region, in the second half of the nineteenth century. Thirteen textbooks from different temporalities, which comprehend a period from 1886 to 1999, were selected. The books selection observed the criteria of: having several editions, having been adopted by elementary schools network and the social-institutional position of the authors. The source analysis was done by the content analysis technique. It was possible to characterize 3 groups of authors with various concepts. Besides this, it was observed some permanencies on the narratives of the analyzed textbooks, such as the Brazilian Imperium guaranteeing the independency of Uruguay.

Keywords: brazilian imperialism; Platinum America; history textbooks.

Resumen: El objetivo de la investigación fue identificar y caracterizar enfoques en los libros de texto de Historia del Brasil en relación con la presencia brasileña en la región del plata, en la segunda mitad del siglo XIX. Se seleccionó un total de 13 libros de texto de diferentes períodos, comprendido entre 1886 y 1999. Se observó criterios tales como tener numerosas ediciones, haber sido adoptados por escuelas de educación básica y el lugar socioinstitucional de los autores. El análisis de las fuentes se realizó a través de la técnica de análisis de contenido. Pudimos caracterizar 3 conjuntos de autores con diferentes concepciones. Sin embargo, se observaron permanencias en las narrativas de los libros analizados, como la del Imperio brasileño como protector de la independencia de Uruguay.

Palabras clave: imperialismo brasileño; América Platina; libros de texto de historia.

INTRODUÇÃO

Consideramos, assim como Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 611) que, “[...] se bem que os fenômenos usualmente ligados à expressão Imperialismo [...] se hajam manifestado, sob formas e modalidades diversas, em todas as épocas da história, esta expressão é relativamente recente”. Os autores indicam que foi apenas no final do século XIX que se iniciou uma série de estudos sistemáticos sobre os diversos fenômenos ligados àquilo que se denominaria ‘imperialismo’.

Apesar de reconhecermos que, desde o final do século XIX até os dias atuais, diversas correntes de pensamento trataram da questão específica do imperialismo, podemos iniciar uma discussão sobre o conceito, destacando a expressão de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 611), que apontam o imperialismo como uma “[...] expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados”.

Acrescentaríamos aqui, além das questões econômicas destacadas pelos autores mencionados, as de cunho político e cultural, tendo em vista que o fenômeno do imperialismo tem ultrapassado a dinâmica dos interesses econômicos. Diversos autores, como os pós-coloniais, por exemplo, têm se dedicado a estudar os impactos políticos e culturais de políticas imperialistas em países ou regiões que foram colonizados nos continentes americano e africano, sobretudo. No que concerne ao continente americano, uma série de eventos históricos parece reunir atributos que podem ser explicados com o apoio da noção em tela. A presença e interferência inglesa nas políticas de países da região platina no século XIX, de forma direta ou com o uso de aliados de ocasião, produziram eventos que evidenciam uma ordem imperialista, dominada pelos interesses do capital industrial. Países da própria região tomam iniciativas que visavam interferir na ordem política e econômica de seus vizinhos, produzindo tensões e conflitos que demandaram a ação dos corpos diplomáticos ou, no limite, se resolveram de forma belicosa, a exemplo da Guerra do Paraguai. Eventos como este último, por sua extensão, efeitos e desdobramentos – são de relevância por ditarem os rumos das relações entre as nações da região pelos séculos que se seguem.

A história e a historiografia de cada nação conceberam descrições, explicações e análises que permitiram assentar e orientar políticas nacionais, ora justificando essas mesmas políticas, ora as criticando. Esse conteúdo simbólico contribuirá a forjar a ideia de nação e de nacional, no terço final do século XIX, invadirá as escolas da educação básica, em implantação e expansão no século seguinte, passando a compor os currículos e marcar presença no objeto curricular mais lustroso dentre todos, o livro didático de História. Isso não quer dizer que apenas à História estivesse reservada a tarefa de contribuir com a formação das ideias de nação, de nacionalidade e de soberania nacional. É fato que outras

disciplinas curriculares contribuíram e seguem contribuindo, mas foi particularmente atribuída à disciplina História por ela responder. Autores, a exemplo de Bittencourt (2008, 1990), Nadai (1992-1993) e Abud (1997, 1998, 2011), têm se referido a esta configuração que tomou o ensino da História na escola básica quando de sua introdução no currículo escolar, nas primeiras décadas do século XIX, mas também por muitas décadas seguintes. Isso denota que a escola, a despeito do que afirmam seus críticos, constitui-se em instituição social permeável àquilo que ocorre na sociedade, seja quando é chamada a difundir e inculcar em crianças e jovens conteúdos de um nacionalismo acrítico, seja quando faz a crítica desse mesmo nacionalismo e anuncia o respeito nas relações entre as nações e povos.

Esta ordem de debates articula o artigo com a temática geral deste dossiê -, ‘Processos de emancipação e educação na América: história, política e cultura (séculos XIX e XX)’ – seja pela dimensão de política educativa, numa perspectiva crítico-reflexiva, que o orienta, seja pelo espaço continental em que os eventos ocorreram, seja ainda pelo corte cronológico elegido.

ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

No espaço reservado a este artigo, pretendemos identificar e caracterizar as abordagens que autores de livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa empreenderam sobre a questão do imperialismo brasileiro na região platina, na segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, colocamo-nos em ruptura com o que Choppin (2002) constatou em relação ao trato negligente que historiadores teriam dado a este objeto do conhecimento escolar. “Se os manuais foram por muito tempo negligenciados pelos historiadores, é também porque foram considerados como simples espelhos da sociedade do qual procedem - uma concepção de resto bem ingênua - ou como vetores ideológicos e culturais” (Choppin, 2002, p. 10.)

No Brasil, estudos e pesquisas que tomam o livro didático como objeto de análise inscrevem-se em uma tradição que remonta aos anos 1950, quando Rafael Grisi (1951) produziu a seminal obra *O ensino da leitura: o método e a cartilha*, estudo por meio do qual, segundo o próprio título indica, o método de ensino da leitura nas cartilhas é tomado como objeto de estudo (Freitag et al., 1989). Na década seguinte, o escritor pernambucano Osman Lins publicou um estudo, em 1965, no qual examinou 50 compêndios de língua portuguesa utilizados no ensino secundário (ginásio e científico/clássico), com foco em textos literários selecionados que compunham esses mesmos compêndios. Os resultados evidenciaram o lugar marginal conferido aos textos clássicos da literatura portuguesa e brasileira e a distância com relação aos problemas quotidianos do povo brasileiro, o que o faz concluir pela inatualidade dos textos que compunham as coletâneas examinadas.

O estudo de Lins foi repetido dez anos depois, desta feita com o exame de 20 lançamentos de livros para ensino de português nos mesmos níveis dos estudados em 1965. Os resultados colhidos denotavam alterações importantes não só no conteúdo dos livros, bem como no processo de sua fabricação. De um lado, contata a atualidade dos autores selecionados (contemporâneos), a exemplo de Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Cecília Meireles e a permanência do esquecimento de autores clássicos, como Machado de Assis e Eça de Queiroz. Observou Lins (2018) a emergência das imagens na composição das páginas, fenômeno que ia de par com um certo recuo da palavra em favor da imagem, sugerindo a ocorrência do que denominou de ‘delírio iconográfico’, o qual, no limite, gestava uma espécie de ‘Disneylândia pedagógica’ invadindo os arraiais do mais vistoso material didático.

Na verdade, o que Lins denunciava eram os efeitos da modernização, com a formação de um mercado do livro didático e a sua subordinação à indústria cultural que avançava sobre o país. Nesse sentido, acusava a padronização textual como sinalização do caráter mercadológico observado no livro. Critica ainda o abuso do tom simuladamente lúdico e a pretensa camaradagem entre autor e leitor.

Um estudo datado de 1976, coordenado pela professora Maria de Lourdes Chagas Nosella, com o título sugestivo de *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, anunciava os novos rumos que tomava a pesquisa sobre o mais importante material do currículo escolar no Brasil. A análise de livros escolares utilizados nas quatro séries iniciais do então 1º grau evidenciava o efeito pernicioso da ideologização dos textos sobre as crianças desprotegidas, as da classe trabalhadora. O caráter crítico das discussões de Nosella era, na verdade, uma transposição ao contexto brasileiro do que fizeram, anos antes, Marisa Bonazzi e Umberto Eco para os livros de leitura italianos, cujo relatório ganhara o título evocativo de *Mentiras que parecem verdades* (1980).

A pesquisa de Nosella assumiu, naqueles primeiros anos da década de 1970, um caráter propositivo ao defender a suspensão da compra e distribuição gratuita, pelo Estado, de livros cuja avaliação apontasse os tais efeitos perniciosos e a distribuição dos recursos às escolas para que o professor indicasse o livro e o material que desejasse. A obra passou a influenciar uma leva importante de novos estudos críticos sobre o livro didático, com ênfase na análise dos conteúdos veiculados. Se Lins havia, de forma pioneira, chamado a atenção para o fato de que os livros não são bens culturais isentos, neutros, por assim dizer, Nosella, ao explicitar o caráter ideológico dos conteúdos veiculados, aprofundou essa percepção.

Na década de 1980, surge a primeira grande pesquisa do tipo estado do conhecimento sobre o livro didático, coordenada pela professora Bárbara Freitag. A pesquisa concluiu que a análise sobre o conteúdo do livro didático tornara-se um

dos temas mais explorados. Constatou que a análise sobre o conteúdo do livro didático estava presente desde os anos 40, porém se intensificara na primeira metade da década de 1980. Nesta última, duas grandes tendências foram configuradas: o deslocamento das análises de entidades avaliadoras oficiais para as instituições públicas científico-acadêmicas e a ênfase observada na criança carente, eleita por teses, livros e artigos o sujeito de pesquisa privilegiado, na medida em que diversos desses textos procuravam resolver o problema do carente com proposições de reformulação do conteúdo do livro didático.

Os estudos sobre o livro didático ganharam letras de nobreza e expandiram-se por diversos países. Na França, destaca-se a figura de Alain Choppin (2002, 2004), que trará contribuição à melhor definição desse bem cultural, razão pela qual trazemos aqui os significados por ele atribuídos, os quais retivemos para com eles caminhar em nossa análise. Para Chopin, citado por Batista e Rojo (2005), ‘livros didáticos’ ou ‘manuais escolares’ são termos que designam ‘utilitários da sala de aula’. Constituem obras produzidas com o objetivo de auxiliar no ensino de uma determinada disciplina, por meio da apresentação de um conjunto extenso de conteúdos do currículo, de acordo com uma progressão, sob a forma de unidades ou lições, e por meio de uma organização que favorece tanto usos coletivos (em sala de aula), quanto individuais (em casa ou em sala de aula). “O livro didático está presente cotidianamente na sala de aula e constitui um dos elementos básicos da organização do trabalho docente” (Batista, 2005, p.17).

No mesmo período em que Choppin produzia seus trabalhos no *Institut National de Recherche Pédagogique (INRP)* – Paris, França –, no Brasil, Circe Bittencourt defendia sua tese na área de História Social, na Universidade de São Paulo (USP), intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar* (1993) e introduzia elementos novos para o entendimento do livro didático, que o apontava enquanto um objeto cultural complexo. Bittencourt apoia-se em conceitos da Escola de Frankfurt para anunciar o livro didático como um produto (mercadoria) da indústria cultural. A essa dimensão econômica cultural incorpora a ideia do livro como um suporte de conhecimentos escolares e de métodos pedagógicos, bem como um veículo de um sistema de valores e de ideologias. Não resta dúvida que Bittencourt ampliou a compreensão sobre esse bem cultural e sua presença na escola e na prática pedagógica docente do professor de História.

O século XXI trará uma renovação do interesse pelos estudos sobre o livro didático, expressa na realização de outra pesquisa do tipo estado do conhecimento, dessa feita conduzida por Antonio Augusto Batista e Roxane Rojo, intitulada *Livros escolares no Brasil: a produção científica* (2005)¹. Neste segundo estudo outros aspectos sobre a produção do conhecimento relativo ao livro didático foram

¹ O trabalho de Batista e Rojo (2005) apoia-se em duas outras pesquisas de fôlego, também do tipo estado do conhecimento, a saber: Freitag et al. (1987) e Unicamp (1989).

privilegiados. O fato é que elas se concentraram na produção acadêmica, em particular, aquela que se origina dos programas de pós-graduação. Nesse sentido, identificaram o volume e a distribuição temporal de trabalhos científicos (teses, dissertações, artigos, comunicações) para o período compreendido entre 1987 e 2001. Preocuparam-se em descrever o circuito da difusão do conhecimento. Quanto aos interesses dessas pesquisas, identificaram os conteúdos privilegiados pelas análises, as instituições de ensino superior onde elas foram produzidas, bem como aquelas que mais concentraram trabalhos. Cuidaram de apontar a natureza pública dessas instituições, a localização e a frequência de trabalhos por área de conhecimento. O balanço mostrou ser este um domínio de investigação bastante promissor².

De modo que a presente investigação se inscreve nessa tradição de pesquisa, bebendo de suas contribuições, mas também buscando fazer avançar as fronteiras do conhecimento no que concerne a área de História e o ensino de um conteúdo clássico dos programas dessa mesma área, na educação básica.

Apresentamos a seguir os procedimentos de pesquisa que possibilitaram a seleção dos livros didáticos analisados e os critérios utilizados para selecioná-los.

LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS PARA PESQUISA

Fomos mobilizados a analisar livros didáticos de História do Brasil por diversas razões. Esses objetos do currículo e do ensino sempre nos acompanharam em nossas experiências de aprendizagem escolares e extraescolares. Pesquisas apontam que o livro didático é a obra escrita de maior presença nos lares de brasileiros (Bittencourt, 1997). Mais do que livros de literatura, muito mais do que jornais e revistas e infinitamente mais do que livros técnico-científicos. Essas mesmas pesquisas apontam que tanto mais são social e economicamente desfavorecidas, menor é a diversidade de gêneros de obra. Portanto, para a maioria das famílias de classe popular o livro didático tem sido praticamente o único gênero de texto escrito encontrado nos lares (Bittencourt, 1997).

No que concerne a esta pesquisa, fomos mobilizados a analisar livros didáticos de História do Brasil, como dissemos, porém, escritos e publicados em diferentes contextos de produção, recobrando um período compreendido entre 1861³ e 1999. Buscamos no acervo de obras didáticas de História do Brasil, livros

² Exemplo disso pode ser encontrado, mais recentemente, em diversas obras coletivas, sob a organização das professoras Margarida Dias de Oliveira e Maria Inês Sucupira Stamatto, ambas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Essas obras tratam das relações entre ensino de História, livros didáticos e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Os diversos autores dessas obras atuaram também como avaliadores do PNLD para a área de História e puderam tratar dos mais diversos assuntos referentes às obras didáticas.

³ A edição consultada data de 1905, conforme Quadro 01.

que gozaram de boa aceitação nos cenários editorial e escolar e que contribuíram para o processo de atribuição de sentido da ‘consciência histórica’⁴ de gerações de crianças e jovens brasileiros. Para conseguir selecionar os livros a partir das intenções anunciadas, observamos os seguintes critérios: (1) obras com inúmeras edições⁵ e o (2) lugar social-institucional dos autores⁶. Observados os critérios destacados, selecionamos um total de 13 livros didáticos brasileiros de diferentes períodos⁷, que podem ser visualizados no Quadro 1, a seguir, distribuídos por sua data de aparição.

Livros didáticos brasileiros	Autores
<i>Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária</i> . Editora Livraria Garnier, 1905.	Joaquim Manuel de Macedo
<i>Lições de história do Brasil: proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II</i> (2a ed.). Editora Garnier, 1886, 2ª edição.	Luís de Queirós Mattoso Maia
<i>História do Brasil</i> . Editora Companhia Melhoramentos, s/d.	José Francisco da Rocha Pombo
<i>História do Brasil: curso superior</i> (5a ed.). Editora Francisco Alves, 1914.	João Ribeiro
<i>Ponto da história do Brasil</i> (2a ed.). Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.	Pedro do Coutto
<i>História do Brasil: para o curso médio – primeira e segunda séries</i> (22a ed.). Companhia Editora Nacional, 1969.	Joaquim Silva
<i>Compêndio de história do Brasil</i> . Companhia Editora Nacional, 1972, 57ª Edição.	Antonio José Borges Hermida
<i>História do Brasil: para o curso colegial</i> . Companhia Editora Nacional, 1965.	Armando Souto Maior
<i>História da sociedade brasileira</i> . Editora Ao livro técnico, 1979.	Francisco Rodrigues de Alencar Filho, Lúcia Carpi Ramalho e Marcus Venício Toledo Ribeiro

⁴ Entendemos consciência histórica como “[...] um fenômeno inerente à existência humana” (Cerri, 2001, p. 96), um ‘universal antropológico’ (Rüsen, 2006). Ponderamos que qualquer consideração em relação à defesa de que existem pessoas ou povos que não possuem consciência histórica possa gerar a velha dicotomia entre civilização e barbárie. Daí a utilização da expressão ‘atribuição de sentido da consciência histórica’ ao invés de ‘produção ou construção de consciência histórica’.

⁵ Obras com inúmeras edições podem ser representativas de uma relativa aceitação no cenário escolar de livros didáticos e, por conseguinte, da sua participação, por anos seguidos, no processo de atribuição de sentido da ‘consciência histórica’ de muitos estudantes e professores brasileiros.

⁶ Vários dos livros selecionados por nós tiveram como autores professores do Colégio Pedro II e/ou foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁷ Preferimos adotar um longo recorte temporal por entendermos que o conhecimento escolar presente no currículo se constitui em uma construção histórica e social (Goodson, 1997) e, nesse sentido, ao observarmos o recorte estabelecido, conseguiríamos perceber melhor a construção narrativa em torno do imperialismo brasileiro no Cone Sul latino-americano (século XIX) nos livros didáticos de História do Brasil selecionados para a pesquisa e vislumbrar como cada época construiu o conhecimento sobre esse evento histórico para a escola.

Livros didáticos brasileiros	Autores
<i>História do Brasil</i> (5a ed.). Editora Atual, 1987, 5ª Edição.	Luiz Koshiba e Denise Manzi Frayze Pereira
<i>História do Brasil</i> (19a ed.). Editora Saraiva, 1997.	Joana Neves e Elza Nadai
<i>História do Brasil</i> (6a ed.). Editora Ática, 1987.	Nelson Piletti
<i>História e consciência do Brasil</i> (7a ed.). Editora Saraiva, 1999.	Gilberto Cotrim

Quadro 01 - Livros didáticos brasileiros.

Fonte: Os autores.

O Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) são as duas principais instituições que, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, foram as responsáveis pela institucionalização do conhecimento histórico. A primeira, em nível escolar/curricular e a segunda, em nível acadêmico. Importante salientar o papel de escola de referência que desempenhou o Colégio Pedro II até que tivesse sido criado o Ministério da Educação, na década de 1930. Os programas de ensino do referido colégio exerceram, durante algum tempo, praticamente, a função de currículo nacional, pois muitas instituições educacionais das diversas províncias brasileiras – depois de 1930, denominadas de Estados – organizaram seu currículo a partir de programas daquele colégio. Os livros didáticos escritos por professores que atuavam no Pedro II ganharam o *label* de qualidade e passaram a ser adotados em escolas de outras províncias/Estados brasileiros. Daí, certamente, a longevidade desses livros didáticos, materializada nas suas diversas edições, o que gerou o nosso interesse por analisá-los (Vechia & Lorenz, 1998; Nadai, 1992-1993).

Realçamos que o nosso objetivo, na análise que se segue, não foi apontar os possíveis equívocos históricos ou pedagógicos dos autores ou indicar aqueles que, supostamente, estariam mais coerentes ou atualizados em relação às discussões de sua época sobre o imperialismo brasileiro no Cone Sul latino-americano no século XIX. Escolhemos trabalhar com um longo recorte temporal e, portanto, qualquer análise nesse sentido correria o risco de se constituir anacrônica. Daí porque preferimos realizar uma análise contextualizada, pela qual os livros selecionados foram inseridos no contexto de sua produção, buscando-se compreender os recursos e elementos didáticos, pedagógicos, curriculares e historiográficos disponíveis em cada época.

IMPERIALISMO BRASILEIRO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL

Com a finalidade de organizar as informações colhidas junto às obras didáticas selecionadas, construímos a categoria central de análise em destaque⁸, orientados pelo objetivo de identificar e caracterizar as abordagens que os autores dos livros didáticos realizaram com respeito à questão do imperialismo brasileiro na região platina, na segunda metade do século XIX.

Em seis dos livros didáticos brasileiros analisados – Macedo (1905)⁹, Maia (1886)¹⁰, Rocha Pombo (s/d)¹¹, Silva (1969)¹², Borges Hermida (1972)¹³ e Souto Maior (1965)¹⁴ – a política imperialista brasileira não é reconhecida. Esses autores utilizaram argumentos para justificar as intervenções brasileiras no Prata e defenderam basicamente uma tese de que o Brasil teria sido ‘obrigado’ a intervir nos países platinos.

As ações do Império nesses países se configuraram, para os referidos autores, mais como uma reação e uma defesa do que uma atitude de caráter imperialista, quer dizer, de expansão violenta, por parte do Estado brasileiro, sobre área territorial de sua influência, em prejuízo dos Estados e povos uruguaios e paraguaios.

Os conflitos brasileiros no Uruguai e Argentina na década de 1850 e novamente no Uruguai na década seguinte foram apresentados como conflitos ‘inevitáveis’. A tese da ‘inevitabilidade do conflito’ apareceu, por exemplo, em Macedo (1905), que afirmou:

[...] a fronteira do império do Brasil no Rio Grande do Sul era frequentemente violada; além d’isso, Rosas e Oribe desfeiteavam propositalmente súbditos brasileiros residentes na Argentina e no Uruguay; **e, não tendo sido**

⁸ Para construir a categoria de análise em destaque, utilizamos a técnica de análise temática categorial de conteúdo conforme preconiza Bardin (1977).

⁹ Segundo Bittencourt (2008), a primeira edição da obra de Macedo data de 1861. A edição examinada é de 1905.

¹⁰ De acordo com Gasparello (2004), a primeira edição da obra de Maia foi publicada provavelmente em 1880 pela editora Dias da Silva Júnior. A edição examinada data de 1886.

¹¹ Não há a indicação do ano ou da edição da obra, contudo a apresentação do livro, escrita pelo próprio autor e intitulada *Esta pequena historia*, data de 1918. Há, ainda, a autorização do autor permitindo a utilização da grafia que conviesse a editora, que data de 1925.

¹² Arnaldo Pinto Jr. (2010) afirma que as informações sobre Joaquim Silva são extremamente escassas. Silva teve diversas obras didáticas de História publicadas pela Companhia Editora Nacional desde pelo menos a década de 1940 e foi, juntamente com Borges Hermida, o autor mais utilizado no Brasil nos anos de 1960 e 1970.

¹³ Segundo Ferraro (2013, p. 8), as obras de Borges Hermida foram editadas pela Companhia Editora Nacional entre 1959 e 1989, “[...] com títulos variados de História do Brasil e História Geral, sendo constantes em sua periodicidade”.

¹⁴ Souto Maior iniciou seu trabalho de autoria de livros didáticos sobre História na década de 1960, pela editora Nacional. É possível que a obra em análise seja a primeira edição.

atendidas as reiteradas reclamações do governo do Brasil, tornou-se inevitável a guerra (p. 385, grifo nosso).

Macedo (1905, p. 390), em questionário dirigido aos alunos, formulou uma curiosa pergunta, cujo caráter de indução escancara a intenção de fazer prevalecer a tese sustentada pelo autor: “Por que motivo se tornou inevitável a guerra?”. A questão da inevitabilidade da guerra já estava posta, bastaria ao aluno discorrer sobre o seu motivo. A guerra contra o Uruguai na década seguinte (1864-65) também foi justificada pelo autor e apresentada como uma reação às violências que estavam sendo praticadas contra brasileiros na região: “A guerra contra a Republica Oriental do Uruguay foi causada pelas queixas e reclamações contínuas dos brasileiros residentes nessa Republica. Assaltos, roubos, violências de toda a espécie soffriam os súbditos do Brasil” (Macedo (1905, p. 392).

Maia (1886) utilizou os mesmos argumentos de Macedo (1905) e afirmou:

As hordas de Oribe incomodavam as nossas fronteiras do sul com depredações incessantes, que já tinham motivado a invasão do barão de Jacuhy na Banda Oriental. – O governo brasileiro empregou os meios pacíficos diplomáticos com uma longanimidade admirável contra as exigências constantes do Governo Argentino repassadas de uma linguagem acrimoniosa e insolente, que não disfarçava a má fé e pretensões audaciosas do dictador de Buenos Ayres. [...] cuja responsabilidade [da guerra] deve pezar inteiramente sobre o tyranno Rosas (Maia, 1886, p. 354).

Maia (1886) apontou a guerra contra Oribe e Rosas como o último recurso brasileiro, ao terem sido esgotadas todas as possibilidades de resolução diplomática. A intervenção do Brasil no Uruguai, em 1864, foi explicada por Maia como uma reação brasileira: (1) aos “Mãos tratos e vexames soffridos por brasileiros no Estado Oriental [...]” e (2) em razão do governo do Uruguai não ter atendido às exigências do Império do Brasil. Maia (1886), defendendo a legitimidade da intervenção brasileira, afirmou: “Era tão justo o procedimento do império em tal conjectura, que o ministro argentino D. Rufino de Elizalde assim o reconheceu em um protolloco que assignou com o plenipotenciário brasileiro (22 de agosto)” (Maia, 1886, p. 361).

Silva (1969, p. 244) pretendeu também apontar os ‘legítimos interesses’ do Brasil no Prata, uma vez “[...] que era a entrada única para, por via fluvial, alcançar as terras de Mato Grosso”. Para este autor, as intervenções brasileiras foram respaldadas na defesa de ‘legítimos interesses’ nacionais na região. Para Rocha Pombo (n.d.), as intervenções brasileiras no Uruguai foram apresentadas como a única solução possível – um ‘extremo recurso’, porém necessário.

Em Silva (1969) e Borges Hermida (1972), repetiu-se o mesmo argumento, o de que o Brasil teria sido impellido a intervir no Uruguai e na Argentina. O primeiro

defendeu que o conflito do Império contra Aguirre em 1864 se deu porque este “[...] entrou a perseguir e maltratar os brasileiros” (Silva, 1969, p. 244), argumentando que as armas foram a última opção e só foram usadas porque as reclamações brasileiras não foram atendidas¹⁵. O segundo autor assinalou que “[...] os blancos, inimigos do Brasil, maltratavam os brasileiros residentes no Uruguai e, invadindo o território do Rio Grande, atacavam fazendas e roubavam gados” (Borges Hermida, 1972, p. 225) e, por isto, o Império do Brasil, não sem antes tentar resolver as questões por vias diplomáticas, teria se utilizado do recurso extremo das armas.

Souto Maior (1965, p. 321), por sua parte, também destacou as tentativas do Império brasileiro para resolver as questões com o Uruguai por vias diplomáticas:

A 18 de maio entregou nosso enviado uma delicada nota ao governo de Aguirre expondo as finalidades de sua missão: pedia indenização pelos prejuízos causados aos brasileiros na fronteira e punição dos responsáveis pelos assaltos [...] recebeu resposta oficial em termos muito rudes.

É interessante observar que a nota enviada pelo Império do Brasil é ‘delicada’ e a resposta uruguaia ‘rude’. Podemos aqui entrever, talvez, uma narrativa que se pauta pelo confronto entre civilizado *versus* bárbaro, uma visão fortemente divulgada pela historiografia nacionalista brasileira em relação aos vizinhos do Sul e carregada de um viés pautado no pensamento colonial.

Souto Maior (1965, p. 319) destacou que o Império concedeu “[...] ajuda financeira para que fossem derrotadas as tropas de Oribe”. Em contrapartida a esta afirmação, enfatizou que o Império só teria tomado tal atitude porque estava “[...] preocupado com os acontecimentos de suas fronteiras sulinas, que não só prejudicavam seriamente o Rio Grande do Sul como também impediam o livre acesso fluvial ao Mato Grosso”.

Como a ‘ajuda financeira’ teria sido insuficiente, o Império partiu para a ação militar. As intervenções brasileiras teriam passado, então, da ‘ajuda financeira’ à ‘ação militar’. De qualquer forma, tanto uma quanto a outra, ações imperialistas largamente conhecidas na história da região platina, são amenizadas na narrativa de Souto Maior (1965), uma vez que o Estado brasileiro só teria tomado tais atitudes em razão das suas preocupações com as fronteiras sulinas e o livre acesso ao rio da Prata.

¹⁵ A última pergunta de um questionário constante da obra de Silva (1969, p. 205, grifo nosso) reforça bem a ideia de que o Brasil fora ‘forçado’ a intervir na guerra (contra Uruguai e Argentina): “Por que foi o Brasil ‘forçado a intervir na guerra?’”.

Souto Maior (1965) enfatizou que o Império brasileiro não possuía pretensões de reanexar o Uruguai, segundo boatos que se tinha espalhado em Montevideu. Para o referido autor, havia fortes razões para que o governo brasileiro considerasse os interesses em se preservar a independência daquele país¹⁶. Também para Maia (1886), Rocha Pombo (n.d.) e Silva (1969), o Brasil se apresentava como o garantidor da paz no Prata e como um protetor da independência do Uruguai. Este é um discurso corrente da época, propagado pela historiografia nacionalista.

Em relação à Guerra do Paraguai, Rocha Pombo (n.d.) produziu uma análise extremamente negativa dos soldados paraguaios, vistos como ‘loucos’, ‘fanáticos’ e designados pelo coletivo ‘chusma’¹⁷. Influenciado pela historiografia ‘memorialístico-militar-patriótica’ – de cunho nacionalista –, retratou a imagem do Brasil como libertador do povo paraguaio da tirania de López: “A população de todos os pontos que já estavam livres da tyrannia elegeu Diaz de Bedoya, Cyrillo Rivarola e Carlos Loixaga para constituírem a Junta de Governo” (Rocha Pombo, n.d., p. 278)¹⁸.

Vale destacar que a historiografia tradicional sobre a Guerra do Paraguai, de que estes autores de livros didáticos de História seriam expressão de sua transposição didática¹⁹ (Chevallard, 1998), privilegiava, em seus enfoques, estratégias de guerra e o enaltecimento de comandantes militares, a exemplo do duque de Caxias e do conde D’Eu. Esse primeiro momento da historiografia brasileira se configurou mais como uma narrativa de cunho memorialístico-patriótico do que por uma análise histórica propriamente dita. Nessas narrativas, prevalecia, geralmente, uma interpretação que apontava para o governo paraguaio – personificada na figura de Francisco Solano López – como o causador do conflito. Essa historiografia tornou-se hegemônica no Brasil do final do século XIX até, pelo menos, a década de 1960.

¹⁶ Souto Maior (1965) destacou ainda que, mesmo em conflito com o Uruguai, havia o interesse, por parte do governo brasileiro, na preservação da independência daquele país. Para o autor mencionado, Saraiva assinou em Buenos Aires uma declaração informando que a independência do Estado uruguaio seria respeitada. O autor destacou, ainda, que foi assinado outro acordo, este secreto, com Venâncio Flores.

¹⁷ Conjunto formado por aqueles originários das camadas mais baixas da sociedade, populacho, turba.

¹⁸ Rocha Pombo deu ênfase a possibilidade de ser concedido ao povo paraguaio o poder de escolha pelo voto quais seriam os representantes na Junta do Governo Provisório. Contudo, destacaríamos que diante de tal situação que se encontrava o país, poderíamos questionar: quais seriam as pessoas que poderiam votar? A que segmentos sociais eles pertenciam? E, talvez, o mais importante: Quem seriam os votados? Seriam figuras que o Império não apoiasse?

¹⁹ Essa noção fecunda e criativa tem em Yves Chevallard, professor do IUFM de Aix-Marseille, França, um dos sistematizadores. Para Chevallard, o saber que se ensina na escola procede de uma modificação qualitativa do saber acadêmico, pela qual se chega a desnaturalizá-lo com o fim de que seja compreendido pelo aluno.

Ribeiro (1914)²⁰, Coutto (1920)²¹, Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro (1979), Koshiba e Pereira (1987)²², Nadai e Neves (1997), Piletti (1987) e Cotrim (1999)²³ reconheceram as atitudes imperialistas brasileiras em relação aos países vizinhos do Prata, mas cada um deles imprimiu certas peculiaridades em suas análises, que destacaremos a seguir. Ribeiro (1914), por exemplo, considerou o imperialismo brasileiro nas repúblicas do Prata como ‘a maior falta do segundo império’:

A maior falta do segundo reinado (que entretanto não o impopularizou) foi reaver criminosamente a tradição, já esquecida no primeiro, da supremacia militar e política nos pequenos Estados do Prata, então de si mesmos infelicitados pelo flagello da corrupção e das tyrannias (Ribeiro, 1914, p. 508).

Mesmo criticando o imperialismo brasileiro na região do Prata, Ribeiro (1914, p. 508), como se pode concluir da citação acima, não deixou de expressar uma visão negativa das repúblicas vizinhas, consideradas por ele como países “[...] infelicitados pelo flagello da corrupção e das tyrannias”. Poderíamos afirmar, contudo, que, mesmo o autor criticando a ‘supremacia militar e política’ brasileira nos ‘pequenos Estados do Prata’, a visão do mesmo em relação ao imperialismo brasileiro é dúbia, pois defendeu que o Brasil teria ‘sido arrastado’ a questões e conflitos internacionais no Prata: “[...] o Brasil é arrastado de novo à política (muito pouco justificável, dissemos) de supremacia sobre os estados do Sul” (Ribeiro, 1914, p. 511-512). Um contexto adverso teria levado, de forma natural e inevitável, o país a exercer a hegemonia sobre a região platina.

É interessante perceber as ambivalências da análise de Ribeiro (1914), visto que, ao mesmo tempo em que o autor apontou que o Brasil foi ‘arrastado à política de supremacia’ no Prata, se referiu a mesma como pouco justificável. Contudo, a própria ideia de ser arrastado significa dizer que se vai contra a vontade – ou como última opção a ser tomada, o que pode ser entendido como uma posição de negação de responsabilidade. Não obstante, é importante enfatizar, sob o risco de incorrerem em anacronismo, que a edição do livro analisado é de 1914 – e sua primeira edição de 1900 – período em que prevalecia, de forma hegemônica no Brasil, a historiografia nacionalista em relação à Guerra do Paraguai e à atuação

²⁰ Marcelo de Souza Magalhães (2011) sustenta que a primeira edição do livro de Ribeiro data de 1900. Examinamos a edição de 1914.

²¹ Segundo Gasparello (2004), a primeira edição de ‘Pontos da História do Brasil’, de Pedro do Coutto, foi publicada em 1918. Examinamos a edição de 1920.

²² As primeiras edições dos livros de Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro e de Koshiba e Pereira datam do final da década de 1970.

²³ As primeiras edições das obras de Nadai e Neves (1997) e de Piletti (1987) chegaram ao público no início da década de 1980, com inúmeras reedições nas décadas de 1990, enquanto as de Cotrim foram publicadas no início da década de 1990.

brasileira no Cone Sul. Nesse sentido, a dubiedade do autor pode ser posta em seu devido lugar, pois ao mesmo tempo em que realizava uma transgressão à concepção hegemônica a respeito da participação do Brasil na Guerra do Paraguai e nas interferências nos países vizinhos, recorria a certos elementos explicativos tradicionalmente aceitos e correntes à época de produção da obra.

Ribeiro (1914), mesmo trazendo novos elementos explicativos em sua análise, repetiu, como dissemos, alguns argumentos da historiografia nacionalista, como aquele em que o Império do Brasil teria sido o ‘garantidor’ da independência do Uruguai ao enfrentar Rosas e Oribe, ou quando se referiu às repúblicas platinas de forma extremamente negativa:

Os Estados do Prata foram para nós durante muito tempo vizinhos pouco leaes e incomodos, e com cuja amizade não se podia contar, attenta a perpetua instabilidade e desmoralização dos governos de senhores ou tyrannos sob os quaes viveram. **Essa pouca lealdade tinha a explicação em que eram realmente inferiores e não queriam confessal-o.** Parecia-lhes o Brasil um arbitro e juiz forçado que as circumstancias d'aquelle tempo lhes impunham (Ribeiro, 1914, p. 512. grifo nosso).

Ribeiro (1914, p. 515) apresentou não apenas uma visão negativa das repúblicas vizinhas, mas do próprio povo paraguaio, em específico:

O Paraguay desde longos annos vivia sob o regímen absoluto, máo grado a exterioridade de algumas fórmulas republicanas, e os seus habitantes, coagidos sob ferrea disciplina, obedeciam cegamente aos seus dictadores. Em falta de virtudes, tinham o fanatismo religioso e politico segundo os proprios exclusivismos de sua cultura nacional, infensa a todo o commercio com o resto do universo. A lei marcial ou o estado de sitio estava sempre em perene vigor no Paraguay.

Ribeiro (1914), ao mesmo tempo em que buscou questionar se de fato o Brasil teria sido o país ‘civilizado’ lutando contra um país ‘bárbaro’ – em relação à Guerra do Paraguai –, não conseguiu fugir às explicações correntes à época e terminou por salientar a ‘inferioridade’ das repúblicas platinas e a posição de ‘superioridade’ do Império brasileiro. É interessante perceber como Ribeiro produziu uma narrativa que, ao mesmo tempo em que critica uma política de hegemonia do Brasil no Prata, centraliza sua análise no binômio civilização *versus* barbárie:

Nessas republicas, verdadeiros feudos militares, ainda não consolidados pelo tempo, o partido opposicionista só alcançava o triumpho pela revolução; a esse recurso violento vinha o Brasil offerecer outro peor, o do appello á

intervenção estrangeira. A civilização e as idéas liberaes nunca poderiam servir de pretexto e ainda justificar a immoralidade da nossa conducta (Ribeiro, 1914, p. 512).

O cerne da argumentação de Ribeiro (1914) se concentrou no seguinte posicionamento: ainda que o objetivo seja o de levar a ‘civilização’ e a ‘estabilidade política’ a uma determinada região, uma atuação armada não justificaria tal intento. Em outras palavras, a crítica em relação ao imperialismo brasileiro na região platina se faz acompanhar, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento da ‘superioridade’ – moral e civilizacional – do Brasil frente às repúblicas vizinhas.

Ribeiro (1914) divergiu fortemente dos autores de sua época em relação aos conflitos entre os uruguaiois e estancieiros gaúchos brasileiros nas fronteiras do sul do país. Para este autor, eram estes últimos que intervinham na política interna do Uruguai e as atitudes do governo deste país eram entendidas como ‘represálias’. Ribeiro (1914, p. 513) apontou que os nossos vizinhos “[...] olhavam-nos então com justificado receio”

Apesar de o autor ter destacado o ‘espírito de paz’ que ‘animava pessoalmente’ Saraiva, assinala que a “[...] politica imperial era demasiado arrogante para ser ouvida com agrado na pequena republica [Uruguai]” (Ribeiro, 1914, p. 514). Considerou a intervenção do Brasil no Uruguai como “[...] pouco digna e humilhadora”.

Em relação ao Paraguai na década de 1850, Ribeiro (1914) afirmou que o Império utilizou de sua intimidação para fazer com que o país guarani, sob o comando de Carlos López, assinasse tratados relacionados a questões limítrofes entre os dois países. Ribeiro apontou as três repúblicas vizinhas como satélites em relação à política externa brasileira: “[...] ao mundo não deixava, entretanto, de perceber quão precaria era a sorte das tres republicas que ao lado do Brasil figuravam de satellites da sua politica exterior” (Ribeiro, 1914, p. 517).

Coutto (1920), assim como Ribeiro (1914), foi dúbio em relação ao imperialismo brasileiro, pois ao mesmo tempo em que apontou para a política brasileira no Prata como a ‘única responsável’ pela Guerra do Paraguai, em contrapartida amenizou as intervenções brasileiras no Uruguai e na Argentina. O autor fez uma interessante analogia entre o imperialismo britânico e o imperialismo brasileiro, destacando a seguinte contradição: o Brasil sofria o imperialismo britânico e, ao mesmo tempo, infligia a outros países menores o seu imperialismo²⁴:

Da attitude menos digna usada pelos povos fortes para com os que não dispõem de exércitos consideráveis e de armadas poderosas, **teve o Brasil a prova, no papel de offendido, na pendência com a Inglaterra, conhecida**

²⁴ Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro (1979, p. 168) também realizaram a mesma analogia.

por *Questão Christie*, do nome do plenipotenciário inglês [...] Este procedimento altamente condenável por parte da Inglaterra, e que é aliás o seguido por todos os países militarmente fortes, provocou da parte dos brasileiros revoltas justas e dignas. [...] Não é entretanto excusado lembrar que o mesmo praticava o Brasil com seus então fracos vizinhos, sem dúvida nossos inimigos, mas dignos de respeito e amparo. Não o entendia assim Pedro II, que a todo o momento nelles perturbava a ordem, indo até a prestar auxilio a caudilhos revoltados contra o poder instituído [...] Tão incorreta foi a conducta da Inglaterra nesse como em outros casos, como o é, em geral, a prepotência que os países pseudo-civilizados exercem contra os que lhe são inferiores em força armada (Coutto, 1920, p. 204-207, grifo nosso).

Em Coutto (1920), o Brasil figurou como uma potência regional, que interferiu nas questões internas dos países vizinhos. A Inglaterra, nesse sentido, exerceria um imperialismo global e, *mutatis mutandi*, o Brasil, um imperialismo regional. O autor realizou uma severa crítica em relação aos países que, com força bélica superior, intervêm em países menores sob o pretexto civilizacional. Apesar de todas essas críticas realizadas por Coutto (1920, p. 201, grifo nosso), ele retomou a explicação corrente à época e afirmou que

[...] Diante de situação tão crítica em que nem os estrangeiros eram respeitados, a intervenção de qualquer potência interessada na paz americana se impunha; e o Brasil era obrigado a fazê-lo, visto que lhe era favorável a autonomia completa do Uruguai.

Apesar de ter criticado fortemente o imperialismo brasileiro, Coutto (1920) apontou a intervenção do Brasil no Uruguai como algo a que foi obrigado a fazer, daí a contradição e a dubiedade do autor. Contudo, a mesma lógica utilizada por Ribeiro (1914) vale para Coutto, tendo em vista que a obra analisada é de 1920 e a primeira edição de 1918.

Seguindo a visão historiográfica hegemônica da época, pautada pelo nacionalismo, Coutto (1920) afirmou que o Estado brasileiro se viu obrigado a intervir como forma de preservar a independência e a paz no Uruguai. O imperialismo/intervencionismo brasileiro aqui amenizado, é visto como algo necessário. O Brasil resguardaria a independência e autonomia do Uruguai, defendendo-o do imperialismo de Rosas (Argentina).

Entretanto, Coutto (1920, p. 204) promove uma crítica ao governo de dom Pedro II, afirmando que ele havia garantido a independência do Uruguai, mas em troca “[...] exigia favores de alta monta [...]”, como “[...] exigir a devolução dos escravos que para lá fugissem”. O autor destacou ainda os receios que os países vizinhos possuíam da política externa do Império do Brasil.

Solano López, oferecendo sua mediação, obrava até certo ponto em defesa própria, visto que, dados os precedentes do governo imperial era bem possível que após o esmagamento do Uruguai, chegassem até sua pátria os ecos do triunfo (p. 208). [...]

É bem verdade que López há muito se preparava para guerra; entretanto, de nenhum modo isso deve causar admiração, dada a desconfiança que o Brasil então inspirava às repúblicas vizinhas (Coutto, 1920, p. 213).

Coutto (1920) é bastante explícito e enfático em afirmar que foi a política imperialista brasileira que gerou a Guerra do Paraguai. Contudo, a descreve como se resultasse da vontade própria (egoísmo) de dom Pedro II. Na narrativa de Coutto, algumas vezes, o imperialismo do Brasil é criticado, sendo apontado como o causador da Guerra do Paraguai, enquanto em outras é apontado como necessário, no sentido de preservar a independência e a paz no Uruguai. Nesse sentido, o Brasil é representado pelo autor tanto como uma potência regional imperialista que intervém nos países vizinhos, chegando a gerar sérios conflitos bélicos, como também mantenedora da integridade de países menores, a exemplo do Uruguai e Paraguai (do pós-guerra), indefesos frente ao imperialismo argentino.

Para Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro (1979), a supremacia política brasileira no Prata tinha, em última análise, a intenção de evitar o surgimento de qualquer outra ‘grande nação’ na região,

Objetivando impedir a consolidação de qualquer ‘grande nação’ na região – no que atendia inclusive a interesses ingleses – o Brasil sempre apoiou a independência de pequenos países, como o Paraguai. Com isso, preservava a sua supremacia política na área, bem como a ‘livre navegação na Bacia do Prata’ (Alencar Filho, Ramalho, & Ribeiro, 1979, p. 168, grifo do autor).

Segundo os autores mencionados, até a década de 1850, “[...] as intervenções brasileiras tinham sido apenas diplomáticas, mas a partir de 1851 a ação passou a ser militar” (Alencar Filho, Ramalho, & Ribeiro, 1979, p. 168). Como explicação para as ações militares nos países vizinhos, os autores apontaram os interesses dos “estancieiros e charqueadores sulinos, que sofriam a ‘concorrência da produção platina’ e viam na intervenção militar uma solução para os seus problemas” (Alencar Filho, Ramalho, & Ribeiro, 1979, p. 168, grifo do autor). Os autores assinalaram ainda a preocupação do Império brasileiro em ‘controlar melhor a região sul do país’, que já havia tentado a separação política.

Em Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro (1979), diferentemente dos autores até aqui analisados, as intervenções brasileiras nos países vizinhos, sobretudo no Uruguai, foram explicadas a partir dos interesses econômicos dos estancieiros e

charqueadores sulinos, que viam uma forma de acabar com a concorrência do país vizinho através de uma intervenção militar, aliada ao desejo do Império em manter coeso o Brasil, atendendo aos interesses dos sulistas. Aparecem também, mas em segundo plano, as violações das fronteiras brasileiras por parte de indivíduos/grupos do Uruguai, assim como os saques que os estancieiros sulinos sofriam de seu vizinho.

Em relação ao imperialismo brasileiro na região Platina²⁵, a posição de Koshiba e Pereira (1987) é dúbia: amenizaram as intervenções do Brasil no Uruguai, mas em contrapartida apresentaram posição crítica frente a atuação imperialista brasileira em relação ao país guarani na Guerra do Paraguai. Esses autores apontaram a intervenção brasileira no Uruguai, contra Oribe em 1850-1852, como uma forma de se evitar que Rosas anexasse o território uruguaio, quer dizer, repetiu-se, na década de 1980, com Koshiba e Pereira (1987), o argumento de que a intervenção brasileira no Uruguai teria sido para salvaguardar a independência daquele país: “Para evitar o pior [anexação do Uruguai pela Argentina de Rosas], o Brasil apoiou Rivera contra Oribe e Rosas, intensificando as tensões entre o Brasil e a Argentina. O confronto entre os dois países parecia inevitável” (Koshiba & Pereira, 1987, p. 220).

A intervenção do Brasil no governo de Aguirre, em 1864-65, foi representada também por Koshiba e Pereira (1987) como algo inevitável, como último recurso usado, justificando assim, consciente ou inconscientemente, as atitudes belicosas e imperialistas do Brasil. Para esses autores, os seguintes motivos levaram o Império brasileiro a intervir no Uruguai.

Represálias contra brasileiros residentes no Uruguai, violações de fronteiras brasileiras e ataques às estâncias gaúchas pelos bandos armados uruguaio. Diante disso, o governo imperial resolveu protestar e exigir indenizações ao governo uruguaio, que permaneceu indiferente. [...] **ao Brasil não restava outro caminho senão a represália armada por terra e por mar** (Koshiba & Pereira, 1987, p. 221, grifo nosso).

Tanto em Nadai e Neves (1997), como em Piletti (1987), o Brasil foi representado mais como ‘fantoche’ da Grã-Bretanha do que como uma potência regional impondo sua vontade e força²⁶. Para Nadai e Neves (1997, p. 225), por

²⁵ Em Koshiba e Pereira (1987, p. 220), o imperialismo brasileiro no contexto da região Platina aparece contraposto a outra força imperialista, a Argentina. Para esses autores, os interesses brasileiros na região do Prata “[...] eram tão vitais que, desde D. João VI, inaugurou-se uma política intervencionista, culminando na anexação da Cisplatina – futuro Uruguai -, que permaneceu como província do Brasil até 1827”.

²⁶ Essa corrente de pensamento teve espaço entre as décadas de 1960 a 1980, sobretudo, e tiveram como autores destacados Pomer (1980) e Chiavenato (1983).

exemplo, o Brasil era o representante da Inglaterra na região Platina. As autoras afirmaram que, nas intervenções brasileiras nos países vizinhos, “[...] os interesses em jogo eram raramente os brasileiros” (Piletti, 1987, p. 115), contudo, deixa entrever que tanto o Brasil quanto a Argentina também tinham interesses em jogo neste conflito, e não agiram apenas por influência da Inglaterra: “O Brasil e a Argentina, por sua vez, tinham interesse em algumas áreas de terra do Paraguai”. E afirmou ainda que, ao fim da guerra do Paraguai, “[...] o Brasil e a Argentina conseguiram as terras que pretendiam – 140.000 quilômetros quadrados – mas, por outro lado, aumentaram sua dependência em relação à Inglaterra” (Piletti, 1987, p. 115). Os imperialismos do Brasil e da Argentina são apresentados, pelo autor, em conjunto, isto é, como se houvesse convergência entre eles. Outra passagem do texto em que podemos entrever os imperialismos brasileiro e argentino refere-se a quando o autor abordou a questão do Tratado da Tríplice Aliança, relatando que o mesmo objetivava a “[...] destruição e partilha do Paraguai” (Piletti, 1987, p. 115), demonstrando as intenções imperialistas e belicosas dos aliados.

Os autores de obras didáticas mencionados no parágrafo anterior podem ser apontados como representantes da denominada vertente historiográfica revisionista sobre a Guerra do Paraguai, vertente que sustenta que o imperialismo, sobretudo aquele protagonizado pela Grã-Bretanha, seria o principal motor da guerra. Observa-se, nas análises desta historiografia, a relevância das causas econômicas, em especial aquelas vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo internacional. Contudo, apesar da indicação da causa econômica, em que o imperialismo britânico apresentou um papel fundante, os autores não imputaram exclusivamente às elites econômicas desse país a causa da guerra, pois reconheceram a atuação das elites locais como agentes que favoreceram a penetração e a exploração da potência britânica na região.

Ao contrário de Borges Hermida (1972), Nadai e Neves (1997, p.225) questionaram a imagem do Brasil enquanto um país cordial e referiram-se à política externa do Segundo Império como exemplo: “A despeito da imagem de país pacífico, que primava pela cordialidade nas relações internacionais, o Brasil manteve, ao longo do período de apogeu do Segundo Reinado, sérios e constantes conflitos com os países limítrofes”. As autoras destacaram que os conflitos ocorridos no Prata têm a ver com a política intervencionista do Brasil, que intervinha nas questões internas de seus vizinhos: “Esses conflitos, na maior parte, relacionavam-se à interferência do Brasil nas questões internas dos demais países ou nas questões que conduziam esses países a se defrontarem entre si” (Nadai e Neves, 1997, p. 225).

Esse tratamento da Guerra expressa um certo deslocamento de eixo observado em dado momento da produção historiográfica brasileira. Em meados da década de 1980, nos centros de produção do conhecimento histórico, começou a emergir uma perspectiva historiográfica sobre a Guerra do Paraguai que ficou conhecida, genericamente, como ‘neorrevisionismo’. Essa perspectiva aglutinou

diversas pesquisas acadêmicas, com variados enfoques sobre o conflito platino, mas que apresentam algumas características em comum, como: (1) são pesquisas acadêmicas baseadas em farta documentação histórica; (2) questionam a participação e responsabilidade inglesa no conflito; (3) questionam o desenvolvimento econômico do Paraguai e (4) apresentam como razões para a Guerra os conflitos e interesses regionais²⁷.

Nadai e Neves (1997, p. 229), possivelmente inspiradas por alguns elementos desta última abordagem, deixaram claro que o Império do Brasil insistiu na aniquilação do Paraguai: “A guerra [do Paraguai] estava praticamente decidida a favor dos aliados, mas a luta prosseguiu até 1870. Os aliados, sobretudo os brasileiros, insistiram na aniquilação do Paraguai e na eliminação de Solano López”.

Cotrim (1999, p. 206), autor do último livro brasileiro analisado, apontou, de início, que havia ‘muitos interesses’ do Império brasileiro sobre a região do Prata. Evidenciou, contudo, três deles: (1) “Garantir o direito de navegação pelo rio da Prata [...]”, único acesso, na época, à província de Mato Grosso; (2) “Impedir que grupos de pessoas vindas do Uruguai invadissem as fronteiras brasileiras e atacassem as fazendas gaúchas” (Cotrim, 1999, p. 207) e (3) Impedir que a Argentina anexasse o Uruguai. Para o autor, “[...] da união entre Oribe e Rosas nasceu uma linha política que contrariava os interesses brasileiros na região do Prata [...]”. Nesse sentido, o “Brasil resolveu intervir militarmente na região platina, para preservar seus interesses econômicos e políticos” (Cotrim, 1999, p. 207). Os interesses brasileiros se fixaram, para o referido autor, em impedir que: (1) Rosas anexasse o Uruguai e (2) as fronteiras do Rio Grande fossem invadidas por uruguaios, origem de conflitos com os fazendeiros gaúchos.

Ao tratar da ‘Guerra contra Aguirre’, Cotrim (1999) afirmou que o Brasil interveio no Uruguai por ver seus ‘interesses prejudicados’. Afirmou ainda que o Império tentou solucionar o problema diplomaticamente, mas “Aguirre, que era do Partido Blanco, deu pouca atenção aos pedidos efetuados pelo governo brasileiro [...]”, desta forma, “[...] percebendo que não seria atendido, o governo imperial brasileiro resolveu declarar guerra ao Uruguai” (Cotrim, 1999, p. 208).

Em Cotrim (1999), cuja obra analisada data do final da década de 1990, podemos perceber argumentações similares as que eram realizadas em manuais do final do século XIX, as quais prevaleceram em diversos outros livros didáticos ao longo do século XX, como pudemos demonstrar neste texto. Nesse sentido, Cotrim,

²⁷ Destacamos aqui as obras dos professores Luiz Alberto Moniz Bandeira (1982), Alfredo da Mota Menezes (1982, 1998, 2012), Ricardo Salles (1990), Francisco Doratioto (1991, 2002), André Toral (2001) e Ana Paula Squinelo (2002), apenas para registrar alguns exemplos. No momento atual, uma importante coleção que serve para demarcar esse repensar sobre a Guerra do Paraguai, mais de 150 anos após o início do conflito, é a organizada pela professora Ana Paula Squinelo. A coleção reúne especialistas na temática dos quatro países envolvidos no conflito e conta atualmente com três volumes. Ver: Squinelo (2016a; 2016b) e Squinelo e Telesca (2019).

consciente ou inconscientemente, ainda que destaque que “[...] o Brasil resolveu intervir militarmente na região platina, para preservar seus interesses econômicos e políticos” (Cotrim, 1999, p. 207), termina por amenizar as intervenções brasileiras nos países platinos ao apontar o Brasil como ‘protetor’ da independência uruguaia e defender que o Império apenas teria utilizado a força por não ter tido suas reivindicações atendidas, passando a impressão de que o Brasil teria sido ‘impelido’ a intervir.

É importante frisar que, com a crítica acima, não estamos questionando os posicionamentos do autor em relação à temática, pois não assumimos como objetivo apontar supostas formas corretas ou errôneas para tratar a questão. Assinalamos, todavia, que, mesmo com diferenças entre si, algumas argumentações em relação à atuação do Brasil na região Platina, produzidas ainda no final do século XIX, tenham sobrevivido até o final do século XX em livros didáticos de História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas nacionais para a região platina avançaram no sentido da criação de um bloco de países que pautaram interesses, originalmente, de natureza econômico-político que promoveu uma agenda que respondia pelo nome de Mercosul. Essa articulação continental não conheceu um desenvolvimento contínuo e linear em virtude da instabilidade que por vezes assoma a região. Desde a desestabilização política que conhecem países como o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e, em especial o Brasil, desde o início da presente década de 2010, as bases de um grande acordo sul americano em torno de objetivos comuns têm sofrido abalos. Estudos e pesquisas que podem fazer entender o desenvolvimento histórico desses países e das relações entre eles, como o que propõe difundir o presente dossiê temático, podem ajudar a alargar o entendimento dos avanços e dos impasses, dos limites e das possibilidades de construção de uma unidade latino americana, sonhada por tantos. A escola e tudo que envolve a instituição (professores, alunos, famílias de alunos, gestores educacionais, saberes, currículos, livros didáticos, políticas educacionais) necessitam ser estudados sem perder de vista que elas integram uma questão mais ampla, a da construção de uma América justa, inclusiva, democrática e fundada no respeito à diversidade cultural. Com este artigo, buscamos identificar e caracterizar abordagens em livros didáticos de História sobre a questão do imperialismo brasileiro na região platina na segunda metade do século XIX, através de um longo recorte temporal, percebendo como cada época construiu o conhecimento sobre esse evento histórico para a escola. Na análise realizada, conseguimos caracterizar 3 conjuntos de autores. Um primeiro grupo formado por Macedo (1905), Maia (1886), Rocha Pombo (n.d.), Silva (1969), Borges Hermida (1972), Souto Maior (1965), um segundo composto por Ribeiro (1914) e Coutto

(1920) e um terceiro que tem como integrantes Alencar, Ramalho e Ribeiro (1979), Koshiba e Pereira (1987), Nadai e Neves (1997), Piletti (1987) e Cotrim (1999).

No primeiro conjunto de autores prevaleceu a ideia da inevitabilidade das intervenções brasileiras na região platina, como uma forma de justificar ou amenizar, consciente ou inconscientemente, as atitudes do governo imperial em relação aos países vizinhos do Cone Sul. Para os referidos autores, o Brasil se apresentava como o garantidor da paz no Prata e como o protetor da independência do Uruguai. É importante lembrar-se de que este era um discurso corrente à época, propagado por historiografia nacionalista.

Em um segundo conjunto de autores, que escreveu suas obras no início do século XX, ficou clara uma certa ambivalência, visto que, ao mesmo tempo em que apontavam para uma inevitabilidade das intervenções brasileiras no Prata, se referiam a ela como pouco justificável. Condenavam a atuação do Império, sobretudo em relação à Guerra do Paraguai, mas não deixavam de possuir uma visão negativa das nações e povos vizinhos.

Prevalecia, de forma hegemônica, no período de escrita desse segundo conjunto de autores, uma historiografia de cunho nacionalista, sobretudo em relação à atuação brasileira no Cone Sul. Ao mesmo tempo em que realizavam uma transgressão à concepção hegemônica a respeito da participação do Brasil na Guerra do Paraguai e nas interferências nos países vizinhos, recorriam a certos elementos explicativos tradicionalmente aceitos e correntes à época de produção das obras.

Em fins da década de 1970, conseguimos identificar, nos livros didáticos que compuseram o terceiro conjunto de livros, um câmbio nas análises sobre o imperialismo brasileiro na região platina. Boa parte dos autores que escreveram livros didáticos de História nesse período teria intencionado produzir uma história que fugisse de narrativas heroicas e nacionalistas. Percebe-se um movimento em direção à escrita de uma História escolar que visava enfatizar coletividades, com fortes influências da história social e do marxismo.

Esse terceiro conjunto de autores ou destacaram as contradições internas e conflitos e rivalidades regionais no Prata ou associaram a atuação brasileira frente aos seus vizinhos como influência do imperialismo e capitalismo inglês na região, destacando os interesses econômicos desse último. Apesar dos câmbios que se realizaram na escrita da história escolar a partir da década de 1970, algumas narrativas permaneceram nos livros escolares ao longo de todo o século XX, como aquela em que apontava para o Império brasileiro como o garantidor da independência do Uruguai.

REFERÊNCIAS

- Abud, K. M. (1997). Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In C. Bittencourt (Org.), *O saber histórico na sala de aula* (p. 28-41). São Paulo, SP: Contexto.
- Abud, K. M. (1998). Formação da alma e do caráter nacional: o ensino de história na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, 18(36), 103-113.
- Abud, K. M. (2011). A guardiã das tradições: a história e seu código disciplinar. *Educar em Revista*, 42, 163-172.
- Bandeira, L. A. M. (1982). *O papel do Brasil na Bacia do Prata* (da colonização ao Império) (Tese de Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, trad.). Lisboa: Edições 70.
- Batista, A. A. G. (2005b). A política de livros escolares no Brasil. In MEC/TV Escola. *Materiais didáticos: escolha e uso* (Boletim, 14, p. 12-24). Brasília, DF.
- Batista, A. A. G., & Rojo, R. (2005). Livros escolares no Brasil: a produção científica. In M. G. C. Val & B. Marcuschi (Orgs.), *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão e cidadania* (p.13-45). Belo Horizonte: Ceale.
- Bittencourt, C. M. F. (1993). *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar* (Tese de Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bittencourt, C. (2008). *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Bittencourt, C. (1997). Livro didático entre textos e imagens. In C. Bittencourt (Org.), *O saber histórico na sala de aula*. (p. 69-90). São Paulo: Contexto.
- Bittencourt, C. (1990). *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas - 1917-1939* (1a ed.). São Paulo, SP: Loyola.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. *Dicionário de política* (11a ed., Vol. I). Brasília, DF: Editora da UNB.
- Bonazzi, M., & Eco, U. (1980). *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus.

- Chevallard, Y. (1998). *La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado*. Buenos Aires, AR: AIQUE Grupo Editorial.
- Choppin, A. (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, 30(3), 549-566.
- Choppin, A. (2002). O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, (11), 5-24.
- Cerri, L. F. (2001). Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. *Revista de História Regional*, 6(2), 93-112.
- Chiavenatto, J. J. (1983). *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai* (18a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Doratioto, F. (1991). *A Guerra do Paraguai: 2ª visão*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Doratioto, F. (2002). *Maldita guerra*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Ferraro, J. R. (2013). Compêndio de história do Brasil, de Borges Hermida: produção, editoração e circulação. In *Anais do 27º Simpósio Nacional de História* (p. 1-16). Natal, RN.
- Freitag, B. et al. (1987). *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília, DF: INEP.
- Freitag, B. et al. (1989). *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez.
- Gasparello, A. M. (2004). *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo, SP: Iglu.
- Goodson, Y. (1997). *A construção social do currículo*. Lisboa, PT: Educa.
- Grisi, R. (1951). O ensino da leitura: o método e a cartilha. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 16(43).
- Lins, O. *Problemas inculturais brasileiros*. Recife, PE: Edufpe, 2018.
- Magalhães, M. S. (2011). A construção de um cânone republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (p. 1-15) São Paulo, SP. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>

- Menezes, A. M. (1998). *Guerra do Paraguai: como construimos o conflito*. São Paulo, SP: Contexto.
- Menezes, A. M. (2012). *A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo, SP: Contexto.
- Menezes, A. M. (1982). *Solano Lopez, o Partido Blanco e a Guerra do Paraguai: análise da influência diplomática oriental sobre o Paraguai, 1862-1864* (Dissertação de Mestrado em História da América Latina). Tulane University, Estados Unidos.
- Nadai, E. (1992-1993). O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, 13(25/26), 143-162.
- Nosella, M. L. C. (1976). *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Cortez.
- Pinto Jr., A. (2010). *Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940 – 1951)* (Tese de Doutorado em Educação). Unicamp, São Paulo.
- Pomer, L. (1980). *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense* (Yara Peres, trad.). São Paulo, SP: Global.
- Rüsen, Jörn. (2006). Historiografia comparativa intercultural. In J. Malerba (Org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia* (Jurandir Malerba, trad., p. 115-137). São Paulo, SP: Contexto.
- Salles, R. (1990). *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército* (1a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Squinelo, A. P. (2002). *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande, MS: UCDB.
- Squinelo, A. P. (2016a). *150 anos após - a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai* (1a ed., Vol. 1). Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Squinelo, A. P. (2016b). *150 anos após: a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai* (1a ed., Vol. 2). Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Squinelo, A. P., & Telesca, I. (Org.). (2009). *150 após - A Guerra do Paraguai: Entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai* (1a ed., Vol. 3). Campo Grande, MS: Life.

- Toral, A. (2001). *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo, SP: Humanitas.
- Unicamp. (1989). *O que sabemos sobre o livro didático? Catálogo analítico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Vechia, A., & Lorenz, K. (1998). *Programa de ensino da escola secundária brasileira - 1850-1951*. Curitiba, PR: Edição dos Organizadores.

FONTES

- Alencar Filho, F. R., Ramalho, L. C., & Ribeiro, M. T. (1979). *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Ao Livro Técnico.
- Borges Hermida, A. J. *Compêndio de história do Brasil* (57a ed.). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Cotrim, G. (1999). *História e consciência do Brasil* (7a ed.). São Paulo, SP: Saraiva.
- Coutto, P. (1920). *Ponto da História do Brasil* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor.
- Koshiba, L., & Pereira, D. M. (1987). *História do Brasil* (5a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Atual.
- Macedo, J. M. (1905). *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Livraria Garnier.
- Maia, L. Q. M. (1886). *Lições de história do Brasil: proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Garnier.
- Nadai, E., & Neves, J. (1997). *História do Brasil* (19a ed.). São Paulo, SP: Saraiva.
- Piletti, N. (1987). *História do Brasil* (6a ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Ribeiro, J. (1914). *História do Brasil: curso superior* (5a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Francisco Alves.
- Rocha Pombo, J. F. (n.d.). *História do Brasil*. São Paulo, SP: Editora Companhia Melhoramentos.

Silva, J. (1969). *História do Brasil: para o curso médio – primeira e segunda séries* (22a ed.). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.

Souto Maior, A. (1965). *História do Brasil: para o curso colegial*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.

ANDRÉ MENDES SALLES é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES-UFRN), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor colaborador do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFPE. Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Culturas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

E-mail: andremendes.s@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7533-8768>

JOSÉ BATISTA NETO é professor titular do Centro de Educação da UFPE, Doutor em Ciências da Educação pela Université René Descartes-Paris V, membro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE, atuando na Linha de Pesquisa em Formação de Professores e Prática Pedagógica, pesquisador da Cátedra Paulo Freire da UFPE, membro do Núcleo de Formação Continuada Didático-Pedagógico de Professores na UFPE, parecerista ad-hoc de periódicos da área de Educação.

E-mail: josebn@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-9780-4264>

Recebido em: 29.05.2020

Aprovado em: 30.06.2020

Como citar este artigo: Salles, A. M., & Batista, J., Neto. Abordagens em livros didáticos de História do Brasil sobre a presença brasileira no Cone Sul Latino-Americano, no século XIX. (2020). *Revista Brasileira de História da Educação*, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e122>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).